

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 28/02/2020	Página: 11

# Tribuna

## MARÇO

### Resultado do sorteio da Nota Premiada será conhecido dia 19

O prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia se encerra neste sábado (29). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 19. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores. Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site [www.nota-premiada.bahia.ba.gov.br](http://www.nota-premiada.bahia.ba.gov.br). Recém-chegado ou não, para concorrer o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A Nota Premiada conta atualmente com 543 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 495 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019 – o próximo sorteio especial acontece em junho deste ano. Do total de ganhadores, 325 moram na capital e 170 no interior.

#### LOTERIA FEDERAL

O sorteio de março será o terceiro da campanha Nota Premiada Bahia após a ampliação do número de ganhadores, que agora soma 91 todos os meses por determinação do governador Rui Costa, atendendo a solicitações dos baianos nas redes sociais no sentido de que mais participantes pudessem ter acesso às premiações mensais, que antes eram apenas dez de R\$ 100 mil. Os três primeiros sorteios aconteceram em dezembro, janeiro e fevereiro.

O participante da campanha, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para verificar, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/02/2020	Coluna: Economia



## COMPRAS ATÉ SÁBADO CONCORREM NO SORTEIO DA NOTA PREMIADA



28 Fevereiro, 2020

O prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia se encerra neste sábado (29). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 19. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores. Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br). Recém-chegado ou não, para concorrer o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A Nota Premiada conta atualmente com 543 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 495 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019 – o próximo sorteio especial acontece em junho deste ano. Do total de ganhadores, 325 moram na capital e 170 no interior. O sorteio de março será o terceiro da campanha Nota Premiada Bahia após a ampliação do número de ganhadores, que agora soma 91 todos os meses por determinação do governador Rui Costa, atendendo a solicitações dos baianos nas redes sociais no sentido de que mais participantes pudessem ter acesso às premiações mensais, que antes eram apenas dez de R\$ 100 mil. Os três primeiros sorteios aconteceram em dezembro, janeiro e fevereiro.

O participante da campanha, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para verificar, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são validados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada.

Veículo: Site Secom	
Data: 27/02/2020	Caderno: Fazenda

## **Fazenda**

27/02/2020 15:50

### **Compras até sábado concorrem no sorteio de março da Nota Premiada**

O prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia se encerra neste sábado (29). As compras realizadas com CPF na nota até esta data vão gerar os bilhetes para o sorteio do mês de março, que terá o resultado divulgado no dia 19. Serão distribuídos 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 ganhadores.

Quem não se inscreveu na campanha ainda pode cadastrar-se preenchendo formulário disponível no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br). Recém-chegado ou não, para concorrer o participante precisa informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A Nota Premiada conta atualmente com 543 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 495 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019 – o próximo sorteio especial acontece em junho deste ano. Do total de ganhadores, 325 moram na capital e 170 no interior.

### **Loteria Federal**

O sorteio de março será o terceiro da campanha Nota Premiada Bahia após a ampliação do número de ganhadores, que agora soma 91 todos os meses por determinação do governador Rui Costa, atendendo a solicitações dos baianos nas redes sociais no sentido de que mais participantes pudessem ter acesso às premiações mensais, que antes eram apenas dez de R\$ 100 mil. Os três primeiros sorteios aconteceram em dezembro, janeiro e fevereiro.

O participante da campanha, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para verificar, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são validados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

**AGRONEGÓCIOS** No último dia 19 de fevereiro, produto ultrapassou R\$ 200, chegando a R\$ 207

## Alta do dólar e valor em Nova York fazem cacau subir no mercado baiano

**Costa do Marfim é o maior produtor mundial de cacau**



Maurício Marmo / Divulgação

**Brasil tem duas safras de cacau, uma temporária e outra principal**

### MARJORIE MOURA

Os produtores baianos de cacau estão vivendo momentos de otimismo desde o final do ano passado, quando a commodity comercializada no mercado de Itabuna e Ilhéus passou de R\$ 157, em novembro de 2019, a R\$ 207 no dia 19 de fevereiro

último. Ontem, diante das incertezas sobre o consumo, geradas pelo avanço do coronavírus no mundo e que está provocando a queda de bolsas de forma global, o valor estacionou em R\$ 197.

Segundo o produtor e empresário há 30 anos do ramo de exportação de cacau de Ilhéus Nilton Cruz, o bom

momento da commodity na região sul da Bahia se dá por dois motivos. Um deles foi a alta do dólar ante o real (17%) e o outro foi a elevação do valor da tonelada na Bolsa de Nova York.

Juntamente com o ágio pago pelo mercado chocolateiro aos produtores brasileiros de cacau, que gira

entre 10% a 15% do valor da tonelada na Bolsa de Nova York, a remuneração da commodity ficou muito atrativa. O ágio é pago porque se a produção brasileira é de 250 mil toneladas em média (antes da vassoura-de-bruxa era de 458,7 mil toneladas), as empresas pagariam muito mais para tra-

zer o produto para suas fábricas.

O mercado mundial vem assimilando desde o ano passado a informação dada por Costa do Marfim, maior produtor mundial de cacau, com 1,6 milhão de toneladas, de que a partir de outubro vai começar a pagar salário mínimo aos trabalhadores,

explica Nilton Cruz. Esta é uma exigência do mercado internacional, seguindo critérios de rastreabilidade, que valorizam fatores como a remuneração dos trabalhadores, condições de higiene e respeito ao meio ambiente.

Os especuladores há cerca de um ano já começavam a adotar um maior preço da tonelada do cacau na Bolsa de Nova York, que era US\$ 2.300. Ao longo do tempo essa situação vem sendo assimilada e os valores foram subindo, e hoje o número que se trabalha fica entre US\$ 2.700 e US\$ 2.800 a tonelada, explica Nilton Cruz. Até outubro esses preços podem variar, a depender da oferta e da demanda.

Mas o que afeta os preços é principalmente o fator climático. Este ano na África a previsão é que o clima seja bom, o que indicará uma boa safra e dentro de uma análise de mercado, se confirmada uma produção maior em Costa do Marfim, os preços estarão mais baixos diante de um quadro de superoferta, com demanda estável.

Com as duas safras que ocorrem no Brasil, a temporária e a principal, a oferta é sempre linear. Aqui no Brasil, em função do clima e da vassoura-de-bruxa, a safra temporária é sempre maior, diz Cruz.

# Tribuna

## Feirão Limpa Nome oferece descontos de que vão até 98 por cento nas dívidas

AGÊNCIA BRASIL

Começou ontem o Feirão Limpa Nome do Serasa. A iniciativa que termina no dia 31 de março é uma oportunidade para ajudar consumidores com contas atrasadas a negociar e quitar suas dívidas. De acordo com o Serasa, os descontos podem chegar a até

98%.

O consumidor deve acessar o site do Feirão Limpa Nome, inserir o CPF e fazer um rápido cadastro para consultar os seus débitos. Na plataforma, a pessoa poderá visualizar a proposta da empresa que participa da iniciativa para quitar a dívida. Assim que as duas partes chegarem a um acor-

do, o site gera um boleto para o pagamento do débito.

Este ano, o Serasa também fará uma promoção para quem pagar os acordos à vista: a pessoa concorrerá a um jantar com a cantora Daniela Mercury, em Salvador, com tudo pago pela empresa e direito a um acompanhante.



# Tribuna

## Gasolina sobe quase 10% e assusta consumidores

YURI ABREU  
REPÓRTER

**Q**ue todo o Carnaval tem seu fim, isso todo mundo sabe. Mas a questão é que a realidade que vem depois não é bem aquela que as pessoas planejam. E ela já veio forte sobre o bolso do consumidor, com o aumento no preço dos combustíveis. Alguns postos chegaram a reajustar o valor em 9,5%, cobrando R\$ 4,56 pelo litro.

Em Salvador, conforme um levantamento feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio da gasolina, por exemplo, está na casa dos R\$ 4,38. De acordo com a pesquisa, feita entre os dias 16 e 22 deste mês, o preço mais barato foi encontrado em um posto na região do Alto das Pombas, próximo ao bairro da Federação, por R\$ 4,17, o litro.

Já o mais caro foi visto em outro estabelecimento, no bairro do Dois de Julho, no centro de Salvador, ao preço de R\$ 4,99/litro. Entre os dois postos, há uma diferença de 19,66% no valor que é vendido ao consumidor. Por outro lado, o preço mais comum encontrado pela pesquisa, em 16 postos da capital baiana, foi pelo preço de R\$ 4,39/litro.

Pelo interior do estado, a Agência encontrou, em alguns municípios, a média de preço semelhante a de Salvador. Em Feira de Santana, no centro-norte da Bahia, esse valor era também de R\$ 4,38, sendo que o valor mais barato encontrado foi de R\$ 4,36/litro e o mais caro foi de R\$ 4,55/litro. Já em Juazeiro, no norte do estado, o valor médio deste combustível era de



Foto: Reginaldo Ipê

**COMBUSTÍVEL**  
No posto da Djalma Dutra, valor chega a R\$ 4,56 o litro

chegar a até R\$ 3,99, maior do que os registrados em Barreiras (máximo de R\$ 3,79/litro) e Vitória da Conquista (máximo de R\$ 3,69/litro). Apenas em Porto Seguro o preço do litro do etanol foi maior do que nas demais cidades pelo jornal **Tribuna da Bahia**: valor máximo de R\$ 4,29/litro; média de R\$ 4,20/litro.

Para Luciano Batista, que trabalha como motorista de aplicativo, o aumento veio em uma péssima hora. "Como se não bastasse o aumento da tarifa de ônibus, agora tem o reajuste dos combustíveis. No final das contas, somos nós apenas que estamos sendo lesados", reclamou. Para Cíntia Moura, administradora de empresas, o aumento vai pesar ainda mais no orçamento. "Ainda não temos um bom sistema de transporte, por isso somos dependentes do carro. Acredito que daqui a pouco vai chegar a hora de usarmos o veículo somente quando for urgente", lamentou.

Segundo a Petrobrás, os preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. A paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos.

R\$ 4,97: um diferença de 13,4% em relação a Feira de Santana e Salvador.

O levantamento foi feito também em cidades das regiões oeste, sul e sudoeste. Em Barreiras, o preço médio de venda da gasolina estava na casa dos R\$ 4,63, sendo que o valor mais caro foi encontrado pelo valor de R\$ 5,09. Em Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, o preço médio percebido pela ANP foi de R\$ 4,78. Já em Porto Seguro, cidade que detém

o título da gasolina mais cara da Bahia, essa média foi de R\$ 5,09. Por lá, o litro do combustível pode ser encontrado por até R\$ 5,21.

No último dia 19 de fevereiro, a Petrobrás anunciou o aumento do preço médio da gasolina em suas refinarias em 3% já a partir da última da quinta-feira. Este foi o primeiro aumento do combustível no ano de 2020. Conforme a estatal, o reajuste ocorreu após o preço do petróleo Brent

registrar uma recuperação de cerca de 10% desde o último dia 10 também deste mês, quando havia atingido o menor valor em cerca de 13 meses. Antes deste aumento, a empresa chegou a promover quatro cortes seguidos.

### ETANOL

Assim como a gasolina, o etanol seguiu o mesmo ritmo e alguns postos também reajustaram os valores do litro deste combustível na

cidade: +10,2%, passando a cobrar R\$ 3,56/litro. Ainda conforme a ANP, o preço médio está na casa dos R\$ 3,44, com o preço mais barato sendo vendido por R\$ 3,24 (na região do Alto das Pombas) e o mais caro por R\$ 3,79 (em um posto de combustíveis no bairro da Pituba).

Pelo interior, na cidade de Feira de Santana, o preço do etanol varia entre R\$ 3,25/litro e R\$ 3,59/litro. Em Juazeiro, o valor pode

# Tribuna

## Prazo do Pestana apresentar projeto está terminando

A expectativa é que as obras comecem ainda no primeiro semestre deste ano, no entanto, projeto para reforma e reabertura não foi apresentado

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

**A** Secretária Municipal de Cultura e Turismo (Secult) confirma que o projeto executivo para reforma e reabertura do Hotel Pestana Rio Vermelho ainda não foi oficialmente apresentado e esclarece que o prazo previsto pelo Grupo Pestana é até o final deste mês de fevereiro. A Secult está em contato com os empresários do grupo e mantém a expectativa de que as obras se iniciem ainda no primeiro semestre deste ano.

A nota enviada a Tribuna da Bahia foi secretário municipal Cláudio Tinoco após ser questionado sobre o posicionamento do grupo português, que esteve por aqui, em novembro passado, acertando detalhes da reabertura do equipamento fechado desde o Carnaval de 2017.

Do encontro, realizado no Palácio Thomé de Souza, participaram o presidente do grupo Gustavo Jarussi e o diretor José Macedo que apresentaram ao prefeito ACM Neto, que estava ao lado do secretário municipal de Cultura e Turismo, Cláudio

Tinoco, e dos arquitetos Francisco Mota e André Sá, o projeto de reabertura e ampliação do hotel.

"Esse projeto vai envolver, além da manutenção do centro de convenções do Pestana, a implantação de empreendimento residencial e comercial", anunciaram os gestores do grupo privado.

### PROCESSO

Na oportunidade, o prefeito ACM Neto declarou: "Até fevereiro, os detalhes do projeto serão apresentados. E a Prefeitura vai atuar, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), para acelerar todo o processo de liberação de licenças e alvarás, já que trata-se de um investimento importantíssimo para movimentar a economia e o turismo na cidade".

Em seguida informou: "Eles [diretores do Hotel Pestana] também vão se enquadrar no programa de incentivo fiscais que a prefeitura lançou há pouco tempo. Vão gozar de 40% de desconto no pagamento do IPTU daquele terreno, que é um item importante para o fechamento da conta".

### CONFIANTE

Na época, o presidente



Foto: Romildo de Jesus

### HOTEL

Prazo para apresentação do projeto de reforma seria para até o fim deste mês

do grupo Gustavo Jarussi se justificou: "Decidimos reabrir o hotel porque confiamos nesse trabalho de recuperação da cidade e dos estímulos dados à economia e ao turismo por essa gestão municipal. Além disso, o novo Centro de Convenções de Salvador vai ajudar a impulsionar o turismo e isso também foi um fator primordial para nós".

Em seguida reforçou: "Em termos de negócios, o hotel gera pelo menos 100 empregos diretos, cada emprego de turismo gera outros 800, então estamos falando de 900 empregos e cada família composta por quatro pessoas, nós estamos falando de 400 núcleos familiares", explicou o diretor-presidente do grupo Pestana Brasil, Gustavo Jarussi.

Para o secretário municipal de Cultura e Turismo Cláudio Tinoco, o anúncio da reabertura do Pestana vai alavancar o turismo na cidade, gerando emprego e renda. Na oportunidade declarou: "Este anúncio vem coroar o trabalho de requalificação e promoção que a Prefeitura tem executado nos últimos anos, além de projetar um futuro ainda mais promissor para o turismo de Salvador".

## Estados tentam no Supremo reduzir renúncia de ICMS

Leis que criaram benefícios tiveram vetos derrubados nas assembleias dos Estados

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

28/02/2020 05h02 · Atualizado há 6 horas



Ministros já derrubaram leis que concediam benefícios fiscais sem o aval do Confaz — Foto: Divulgação



O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), propôs no começo do mês uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma lei do próprio Estado que concede benefícios fiscais de ICMS. Não é a primeira vez que os ministros da Corte terão que lidar com o assunto. Outras normas já foram julgadas e derrubadas a pedido dos próprios governadores, que herdaram o problema de gestões anteriores ou enfrentaram a resistência das assembleias legislativas.

A conta é alta. Em 18 Estados e no Distrito Federal (DF), a renúncia de ICMS em 2019 foi de R\$ 97,22 bilhões, segundo levantamento realizado pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). O valor representa 21,78% do que foi arrecadado no ano.



Entre os Estados, estão todos os das regiões Sul e Sudeste, além de Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Bahia, Ceará e Pernambuco. De todos eles, o peso da renúncia é mais significativo no Amazonas, chegando a 70,30%.

Na ação (ADI 6319), com pedido de liminar, o Estado do Mato Grosso questiona a Lei Complementar nº 631, de 2019, que autorizava o Executivo a prorrogar, mediante edição de decreto, benefícios fiscais já implementados na legislação mato-grossense. A previsão tinha sido vetada pelo governo. O veto, porém, foi derrubado pela Assembleia Legislativa. Na ação, o governador alega que a medida gera renúncia fiscal e perda de arrecadação. Os prejuízos foram estimados em R\$ 80 milhões.

Em 2011, o STF julgou uma ação do governo do Paraná contra a Lei nº 15.182, de 2006 (ADI 3803). A norma estabelecia crédito presumido de ICMS a abatedores de aves e frigoríficos. O benefício não tinha autorização do Confaz e foi parcialmente derrubado pelo Supremo. Foi mantida apenas a parte que estava de acordo com convênio do órgão fazendário. Anos antes, em 2007, já tinha sido aceito pedido do então governador Jaime Lerner contra a Lei nº 13.133, de 2001, que criou o Programa de Incentivo à Cultura, reservando valores do imposto para ações na área.

No mesmo ano, o STF declarou inconstitucional a Lei nº 8.366, de 2006, do Espírito Santo, que estabelecia a isenção de ICMS para empresas que contratassem apenas egressos do sistema carcerário. A ação (ADI 3809) havia sido ajuizada pelo governador de Estado. O Espírito Santo já propôs ação semelhante à do Mato Grosso, contra lei vetada pelo governador, mas promulgada pela Assembleia Legislativa (ADI 3495). O pedido ainda não foi julgado.

Outros governadores também já entraram com ações semelhantes contra leis dos seus próprios Estados. Além do Paraná, Espírito Santo e Mato Grosso, estão Rio Grande do Sul, Alagoas, São Paulo, Pernambuco e Santa Catarina. Geralmente, os casos são de governadores contra normas desenhadas na gestão anterior, segundo Juracy Soares, auditor fiscal e presidente da Febrafite. O cerne da questão, acrescenta, é saber se o volume da receita que o Estado abre mão será repostos no médio prazo. "Vemos que não pela fila de Estados em situação de insolvência."

A Febrafite vai discutir na próxima reunião do seu conselho deliberativo, em março, se apresenta ações contra benefícios estaduais. Para isso, precisa da chancela dos representantes dos Estados, já que reúne as associações de auditores estaduais. "Somos contra o benefício porque, no cenário macro, é insustentável. Um Estado tenta tirar Receita de outro", diz Soares.

Segundo o auditor fiscal, a situação é complicada para os Estados porque os próprios servidores acreditam que é necessário conceder benefícios para enfrentar outras unidades. "Está todo mundo entrincheirado."

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet  
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

### LINK PATROCINADO

Salvador O preço das cadeiras elevatórias pode te surpreender  
ELEVADOR DE ESCADA | LINKS PATROCINADOS

## Juro menor e receita extra ajudam Estados a cortar endividamento

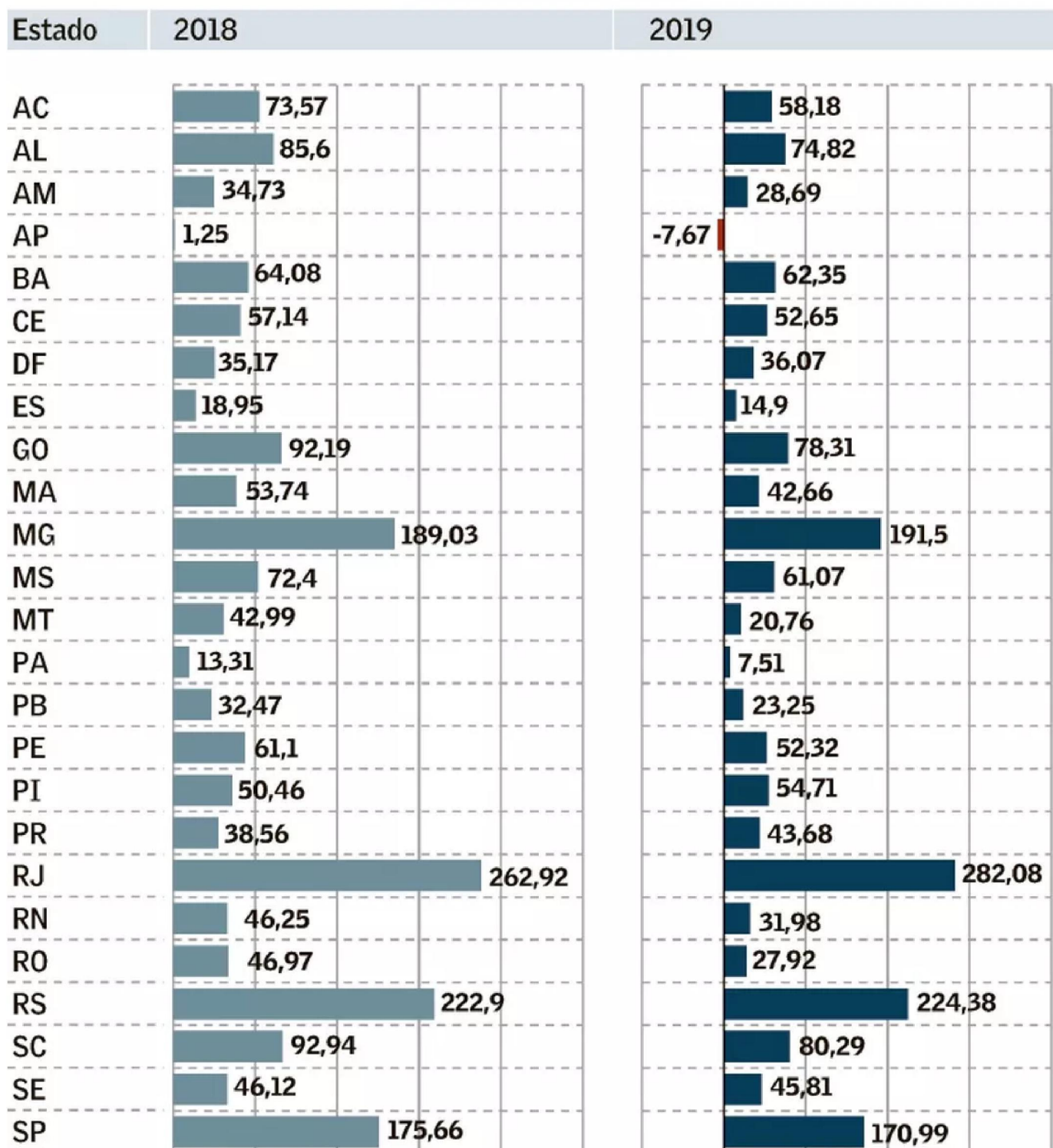
RJ, MG e RS, todos em crise, estão entre as 6 das 26 unidades da federação que elevaram dívida

Por Marta Watanabe — De São Paulo

28/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

# Endividamento dos Estados

Relação DCL/RCL - em %

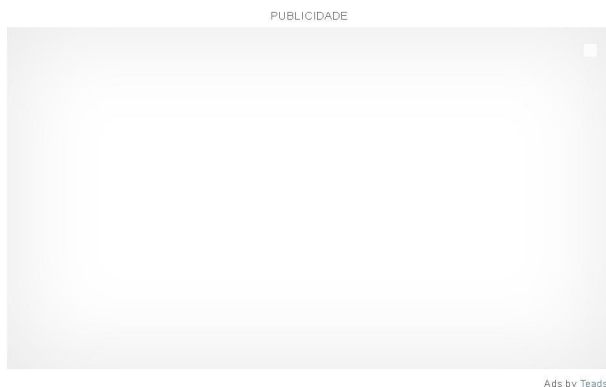




Fonte: relatórios estaduais/Siconfi/STN

A distribuição de recursos da cessão onerosa e a redução da taxa de juros possibilitaram aos Estados melhorar os índices de endividamento. O endividamento dos Estados caiu em 20 dentre 25 Estados mais o Distrito Federal em 2019, na comparação com o ano anterior. Mas, apesar de um quadro geral melhor, o endividamento aumentou em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Estados que enfrentam quadro de desequilíbrio fiscal. Desses três, os dois últimos já ultrapassaram o limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O levantamento do **Valor** não inclui Roraima, cujos dados de 2019 ainda não estavam disponíveis até ontem entre os relatórios divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O endividamento dos Estados é medido pela relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL). O limite é de 200%.



Em São Paulo, por exemplo, o nível de endividamento recuou de 175,66% da receita em 2018 para 170,99% em 2019. A Bahia também teve redução: a relação caiu de 64,08% da RCL para 62,35%. Na contramão, a piora mais acentuada foi do Rio: a dívida em 2019 correspondia a 282,08% da receita, bem acima dos 262,92% do ano anterior.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, lembra que os recursos da cessão onerosa foram transferidos a Estados e municípios no dia 31 de dezembro. Foram ao todo R\$ 11,73 bilhões, dos quais R\$ 6,4 bilhões aos governos estaduais. Como os valores entraram no último dia do ano, foram contabilizadas como receitas de 2019 e permaneceram em caixa no fechamento em 31 de dezembro.

Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), explica que a receita extra tem duplo efeito para o indicador da dívida. O recurso acabou engordando o caixa, que é abatido da dívida para se chegar à DCL. Ou seja, o recurso da cessão onerosa contribuiu para reduzir o numerador usado para o cálculo do endividamento. Ao mesmo tempo, o valor também é adicionado à RCL, que é o denominador.

Mas outros fatores também favoreceram os Estados no ano passado, diz Santoro. Os Estados que renegociaram a dívida com a União em 2016, explica ele, pagam as prestações calculadas pelo saldo devedor atualizado com base em um coeficiente de atualização monetária que compara a variação da Selic e do IPCA mais 4% em 12 meses. Esse tipo de atualização foi adotado para evitar efeito abrupto de oscilações de juros ou inflação nas prestações devidas pelos Estados. Como os Estados podem escolher entre Selic e o IPCA mais 4% e a taxa de juros baixou no decorrer de 2019, conta Santoro, houve maior amortização da dívida.

Só não conseguiu se beneficiar tanto da redução da taxa de juros no endividamento global, diz o secretário, os entes que estão com dívida em dólar, com crédito tomado em instituições internacionais. Isso porque a desvalorização do real tornou mais caro, em reais, o pagamento de juros e amortização dos valores em moeda estrangeira.

Em Alagoas, a redução da taxa de juros contribuiu para o Estado amortizar a dívida em R\$ 280 milhões no ano passado, diz Santoro. Com esse desempenho, houve redução do endividamento de 73,6% em 2018 para 58,2% em 2019, mesmo com a aprovação de nova operação de crédito com o Banco do Brasil. Dos R\$ 300 milhões desse novo financiamento, diz Santoro, R\$ 180 milhões entraram no ano passado. O secretário afirma que o Estado tem dívida em dólar, "mas relativamente baixa", em torno de 10% do total.

Para o secretário, com projeções que indicam a sustentabilidade dos juros mais baixos neste ano, a perspectiva é de que os Estados mantenham a possibilidade de amortizar mais a dívida no decorrer de 2020. Vilma também lembra que a assunção de novas dívidas tem sido mais dificultada aos Estados, em razão de condições cada vez mais rígidas impostas para a concessão de garantias da União em empréstimos.

José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), destaca que a redução da dívida consolidada também impressiona. A dívida consolidada é o montante total das obrigações financeiras assumidas para amortização em prazo superior a doze meses. Nesse critério, 11 Estados reduziram nominalmente a dívida. "A conferir se não mudaram algum critério de contabilização, impressiona esse resultado que significa, por princípio, terem pago todos os juros que venceram no ano e ainda amortizado dívida" diz Afonso. Do lado das receitas, 12 Estados conseguiram elevação superior a 10%, em termos nominais, segundo ele.

Os dados agregados mostram que a receita corrente líquida cresceu nos 26 Estados em 2019, com alta média de 6,6% na comparação com o ano anterior. A dívida consolidada líquida aumentou na média em 2,6% na mesma comparação, mas caiu em 17 dos 26 Estados. A média foi, portanto, puxada pelo desempenho de Estados com dívidas maiores.

Entre eles, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que apresentaram aumento do endividamento. Minas Gerais ainda não estourou o limite de 200%, embora seu endividamento tenha avançado de 189,03% ao fim de 2018 para 191,5% da receita corrente líquida em dezembro do ano passado. No Rio Grande do Sul, o indicador subiu de 222,9% para 224,38% em igual período. O maior se deu no Rio de Janeiro, com alta de quase 20 pontos percentuais, na mesma comparação.

O Rio é o único Estado que está dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa oferecido pelo governo federal a entes com quadro de grande deterioração fiscal. Um dos benefícios do programa é a suspensão do pagamento da dívida à União, que é comumente a maior credora dos governos regionais. Rio Grande do Sul e Minas Gerais estão entre os Estados que pleiteiam a adesão ao RRF atualmente.

Vilma destaca que alguns Estados não têm pago a dívida com a União com base em liminares, o que contribui para a manutenção ou crescimento da dívida. Minas Gerais, é um desses Estados, diz ela. E Vilma lembra que, no ano passado o governo mineiro teve R\$ 3,3 bilhões em garantias honradas pela União.

O governo goiano também mantém processo para aderir ao programa. O nível endividamento de Goiás, porém, segundo os critérios da LRF, é bem menor e decresceu de 92,19% em 2018 para 78,31% no ano passado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet  
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

### LINK PATROCINADO

Salvador O preço das cadeiras elevatórias pode te surpreender  
ELEVADOR DE ESCADA | LINKS PATROCINADOS

### LINK PATROCINADO

Veja as 40 mulheres mais lindas do Brasil segundo a internet  
TRENDSATCHERS

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode "estar batendo em nossas portas", diz OMS

### VALOR INVESTE

Estrangeiro já retirou da bolsa em 2020 dois terços do que saiu em 2019

### VALOR INVESTE

Coca-Cola estima que epidemia de coronavírus na China reduzirá lucro

---

## Mais do Valor Econômico



### Marcopolo espera recuperar exportação de ônibus para África, Chile e Argentina em 2020

Em 2019, receita de exportação das unidades brasileiras da fabricante caiu 25,4%

28/02/2020 10:53 — Em Empresas

---

**Crédito imobiliário com recurso da poupança sobe 42% em janeiro, diz Abecip**

# Tribuna

## Contas do governo registram superávit de R\$ 44 bilhões em janeiro

G1

**A**s contas do governo registraram superávit primário de R\$ 44,124 bilhões em janeiro deste ano, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional. Quando as receitas do governo superam as despesas com impostos e contribuições, o resultado é superavitário. Quando acontece o contrário, há déficit. O conceito primário não engloba os gastos com juros da dívida pública.

Segundo o Tesouro Nacional, esse foi o maior superávit fiscal, para meses de janeiro, de toda a série histórica, que teve início em 1997, em valores corrigidos pela inflação. Com isso, foi o maior valor em 24 anos. No mesmo mês de 2019, o saldo positivo

foi de R\$ 31,289 bilhões (valor ajustado pelo IPCA). Até então, o maior superávit havia sido registrado em 2013 (+R\$ 38,330 bilhões). O bom resultado das contas em janeiro ajuda o governo a tentar atingir a meta fiscal fixada para este ano, que é de um rombo (déficit) de até R\$ 124,1 bilhões.

De acordo com o governo, a melhora no resultado das contas está relacionada, principalmente, com o aumento da arrecadação – que registrou o melhor desempenho, para meses de janeiro, de toda a série histórica, iniciada em 1995. Mas também houve queda de despesas no começo deste ano. “O resultado de janeiro foi muito bom, com movimento muito atípico da arrecadação. Mas não dá pra extrapolar (esse bom resultado) para o resto do ano. Não

dá pra saber se vai ser consistente ou não. Temos de esperar alguns meses para ver o que vai acontecer com a arrecadação, que teve um crescimento expressivo em janeiro”, avaliou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Ao todo, segundo o Tesouro, as receitas (após transferências aos estados e municípios) somaram R\$ 151,691 bilhões em janeiro deste ano – alta real de 6,4% na comparação com o mesmo período de 2019. As despesas totalizaram R\$ 107,567 bilhões, com recuo real de 3,3% na mesma comparação. Em todo ano passado, as contas do governo registraram déficit primário de R\$ 95,065 bilhões, o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), o valor mais baixo em cinco anos. A melhora



**DESEMPENHO**  
A melhora no resultado das contas está relacionada com a arrecadação

ocorreu, principalmente, pela arrecadação extraordinária com o leilão do pré-sal. O ano passado foi o sexto seguido em que as contas ficaram no vermelho.

### DÍVIDA

A Secretaria do Tesouro Nacional também divulgou, ontem, projeções para a dívida bruta do setor público, que fechou o ano passado em

75,8% do Produto Interno Bruto (PIB), com queda frente ao fechamento de 2018 (76,5% do PIB). Esse indicador é acompanhado com atenção por investidores internacionais, pois indica a capacidade de pagamento do país, e pode se refletir nas taxas de juros cobradas nas operações da dívida pública.

O órgão projetou que, considerando essa ausência de

“eventos não recorrentes”, as projeções do seu “cenário base” são de que a dívida voltará a subir em 2020, atingindo 77,9% do PIB, uma alta de 2,1 pontos percentuais do PIB. “Nesse cenário, a dívida bruta crescerá até alcançar 79,4% do PIB em 2023 e, em seguida, entrará em trajetória decrescente, encerrando 2029 em 72,5% do PIB”, acrescentou o Tesouro Nacional.

Veículo: G1	
Data: 27/02/2020	Caderno: Economia



## Contas do governo têm superávit de R\$ 44 bilhões em janeiro, maior valor para o mês em 24 anos

*Resultado foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional. No mês passado, arrecadação bateu recorde histórico, de acordo com a Receita Federal.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

27/02/2020 10h22 Atualizado há 3 horas

As contas do governo registraram **superávit primário de R\$ 44,124 bilhões em janeiro** deste ano, informou nesta quinta-feira (27) a Secretaria do Tesouro Nacional.

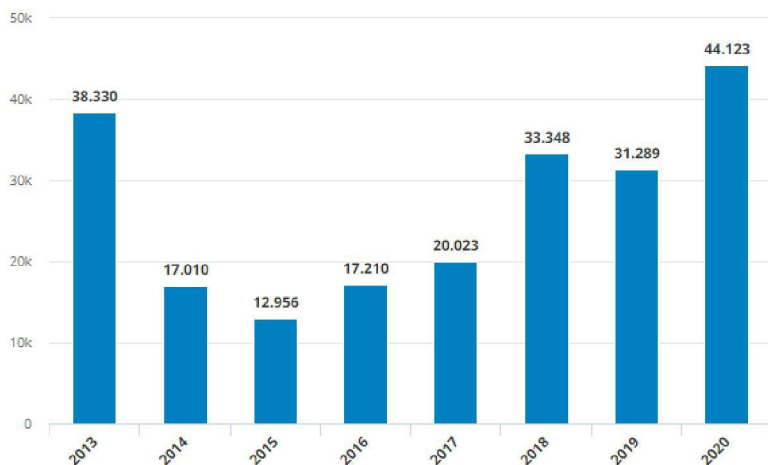
Quando as receitas do governo superam as despesa com impostos e contribuições, o resultado é superavitário. Quando acontece o contrário, há déficit. O conceito primário não engloba os gastos com juros da dívida pública.

Segundo o Tesouro Nacional, esse **foi o maior superávit fiscal, para meses de janeiro, de toda a série histórica**, que teve início em 1997, em valores corrigidos pela inflação. Com isso, foi o maior valor em 24 anos.

No mesmo mês de 2019, o saldo positivo foi de R\$ 31,289 bilhões (valor ajustado pelo IPCA). Até então, o maior superávit havia sido registrado em 2013 (+R\$ 38,330 bilhões).

## CONTAS DO GOVERNO EM JANEIRO

RESULTADO EM R\$ BILHÕES (VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA)



Fonte: TESOURO NACIONAL

O bom resultado das contas em janeiro ajuda o governo a tentar atingir a meta fiscal fixada para este ano, que é de um rombo (déficit) de até R\$ 124,1 bilhões.

De acordo com o governo, a melhora no resultado das contas está relacionada, principalmente, com o aumento da arrecadação – que registrou o **melhor desempenho, para meses de janeiro, de toda a série histórica, iniciada em 1995**. Mas também houve queda de despesas no começo deste ano.

"O resultado de janeiro foi muito bom, com movimento muito atípico da arrecadação. Mas não dá pra extrapolar [esse bom resultado] para o resto do ano. Não dá pra saber se vai ser consistente ou não. Temos de esperar alguns meses para ver o que vai acontecer com a arrecadação, que teve um crescimento expressivo em janeiro", avaliou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Ao todo, segundo o Tesouro, as receitas (após transferências aos estados e municípios) somaram R\$ 151,691 bilhões em janeiro deste ano – alta real de 6,4% na comparação com o mesmo período de 2019. As despesas totalizaram R\$ 107,567 bilhões, com recuo real de 3,3% na mesma comparação.

Em todo ano passado, as contas do governo registraram **déficit primário de R\$ 95,065 bilhões, o equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB)**, o valor mais baixo em cinco anos. A melhora ocorreu, principalmente, pela arrecadação extraordinária com o leilão do pré-sal. O ano passado foi o sexto seguido em que as contas ficaram no vermelho.

### ***Destaques de janeiro***

- Os **investimentos públicos** totalizaram R\$ 1,701 bilhão em janeiro, com alta frente ao patamar do ano anterior (R\$ 1,310 bilhões). No caso dos investimentos somente em infraestrutura, o valor somou R\$ 627 milhões no mês passado, contra R\$ 678 milhões no primeiro mês de 2019.

- O **déficit nas contas do INSS**, sistema público que atende os trabalhadores do setor privado, somou R\$ 15,396 bilhões em janeiro, um crescimento de 11,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior – quando somou R\$ 13,793 bilhões.
- As **receitas com concessões** somaram R\$ 470 milhões em janeiro de 2020, contra R\$ 497 milhões no mesmo mês do ano anterior.
- Os **dividendos recebidos de estatais** somaram R\$ 32,3 milhões no primeiro mês deste ano. No mesmo período de 2019, não houve pagamento de dividendos pelas estatais.
- Os **gastos do governo com subsídios e subvenções**, por sua vez, somaram R\$ 2,908 bilhões de em janeiro deste ano, na comparação com R\$ 4,671 bilhões no mesmo período de 2019.

### ***Dívida do setor público***

A Secretaria do Tesouro Nacional também divulgou, nesta quinta-feira, projeções para a **dívida bruta do setor público**, que fechou o ano passado em 75,8% do Produto Interno Bruto (PIB), com queda frente ao fechamento de 2018 (76,5% do PIB).

Esse indicador é acompanhado com atenção por investidores internacionais, pois indica a capacidade de pagamento do país, e pode se refletir nas taxas de juros cobradas nas operações da dívida pública.

O órgão projetou que, considerando essa ausência de “eventos não recorrentes”, as projeções do seu “cenário base” são de que a dívida voltará a subir em 2020, atingindo 77,9% do PIB, uma alta de 2,1 pontos percentuais do PIB.

“Nesse cenário, a dívida bruta crescerá até alcançar 79,4% do PIB em 2023 e, em seguida, entraria em trajetória decrescente, encerrando 2029 em 72,5% do PIB”, acrescentou o Tesouro Nacional.

De acordo com o governo federal, o patamar da dívida brasileira continuar acima da média de outros países emergentes, pouco acima de 50% do PIB.

A instituição observou que o recuo do ano passado aconteceu por conta da venda de dólares pelo Banco Central (2% do PIB) e, também, pela devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1,4% do PIB.

“Contudo, esses são fatores de natureza não-recorrente na perspectiva de médio prazo da dívida, o que remete à necessidade de continuidade dos esforços de consolidação fiscal do país para o alcance de uma trajetória decrescente para a dívida por meio de resultados fiscais estruturalmente positivos”, avaliou o Tesouro Nacional.



Veículo: Política Livre	
Data: 27/02/2020	Caderno: Economia



27 de fevereiro de 2020 | 15:40

## **Contas públicas têm superávit recorde de R\$ 44,12 bi em janeiro**

### **ECONOMIA**

As contas públicas iniciaram o ano com o saldo positivo. Em janeiro, foi registrado superávit primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – de R\$ 44,124 bilhões, aumento real (descontada a inflação) de 41% em relação ao mesmo período de 2019 (R\$ 30,030 bilhões). O resultado do primeiro mês do ano foi o melhor para o período já registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na série histórica com início em 1997.

O resultado primário é formado por receitas, menos despesas, sem considerar os gastos com juros. Neste ano, a meta para o resultado primário é de déficit de R\$ 124,1 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, explicou que o resultado de janeiro foi “muito bom”, influenciado pela arrecadação recorde, mas ainda é cedo para dizer vai continuar assim nos outros meses do ano.

“O resultado de janeiro foi muito bom, com movimento muito atípico da arrecadação. Mas não dá pra extrapolar para o resto do ano. Não dá pra saber se vai ser consistente ou não. Temos de esperar alguns meses para ver o que vai acontecer com a arrecadação, que teve um crescimento expressivo em janeiro”, disse.

Em janeiro, a receita líquida (descontadas as transferências para estados e municípios) chegou a R\$ 151,691 bilhões, com aumento 6,4% em relação ao mesmo mês de 2019. A despesa total caiu 3,3%, chegando a R\$ 107,567 bilhões.

### Dívida pública

O Tesouro Nacional também divulgou a projeção do Governo Geral (DBGG), que deve chegar a 77,9% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, neste ano.

Indicador que considera a dívida bruta da União, de estados e municípios, a DBGG fechou 2019 em 75,8% do PIB, abaixo do resultado de 2018 (76,5%). Esse é o principal parâmetro usado para traçar comparações internacionais sobre o endividamento do país.

Segundo a secretaria, a dívida voltará a subir neste ano porque não devem se repetir fatores que ocorrem em 2019, que foram operações cambiais do Banco Central e pagamentos antecipados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro.

A previsão para 2021 é 78,2%; para 2022, 78,8%, com pico de 79,4% em 2023.

Para o Tesouro, a redução do endividamento “pressupõe a continuidade do ajuste fiscal e a aprovação de reformas estruturais”.

#### Orçamento impositivo

Mansueto Almeida afirmou que o orçamento impositivo não impede o contingenciamento de gastos para cumprir a meta fiscal, embora imponha uma linearidade no bloqueio, sem que o governo possa definir todas as áreas em que queira poupar.

A proposta de emenda à Constituição que criou o orçamento impositivo foi aprovada no ano passado. Com isso, passa a ser obrigatória a execução de emendas apresentadas pelas bancadas estaduais e do Distrito Federal ao Orçamento da União até um valor-limite vinculado à receita líquida, mas tais emendas estão sujeitas a contingenciamento de gastos.

Segundo o secretário, do total de despesas previstas para este ano (R\$ 1,479 trilhão), R\$ 126 bilhões são discricionárias (não obrigatórias). O governo só pode contingenciar as despesas discricionárias.

Mansueto disse que tem bom diálogo com os parlamentares. “O orçamento impositivo não é o fim do mundo. Tudo é uma questão de operacionalização do orçamento impositivo, e isso vai ser resolvido com um bom diálogo com o Congresso”, afirmou o secretário, ao apresentar os resultados das contas públicas.

#### Coronavírus

O secretário do Tesouro afirmou que o governo ainda avalia o impacto do coronavírus na economia brasileira. “Essa questão do coronavírus está assustando todo mundo porque pode ter impacto muito forte no desaquecimento da economia mundial. O risco é tanto no preço de commodities [produtos primários com cotação internacional] quanto no crescimento menor do mundo”, afirmou.

## FOLHA DE S.PAULO

# Orçamento impositivo tem novo foco de tensão

Senadores cobram equilíbrio entre congressistas na distribuição de emendas

**BRASÍLIA** Enquanto articuladores políticos do governo tentam salvar o acordo que havia sido feito com o Congresso antes da mais recente crise entre os Poderes, um novo foco de tensão surge na novela em que se transformou o Orçamento impositivo.

Senadores já falam em rebelião caso não recebam do governo e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), uma sinalização de que haverá equilíbrio entre os congressistas na distribuição de emendas.

A reclamação é que, em 2019, Alcolumbre e líderes do governo receberam um volume bem maior de recursos para seus estados.

Em dezembro, o Painel mostrou que, no ano passado, Alcolumbre liberou R\$ 150 milhões em recursos extra-orçamentários para o Amapá, ante R\$ 39,5 milhões em 2018.

“É inadmissível que poucos sejam aquinhoados em detrimento de muitos. Se for nos mesmos critérios adotados no fim do ano passado, vai ser uma coisa muito complicada. Pode ter uma rebelião interna no Senado por causa de um critério injusto de distribuição”, disse o senador Angelo Coronel (PSD-BA).

“Concordo que, independentemente do ano passado, tem que ser igualitário [o critério de distribuição]”,

## O jogo do Orçamento

### 1 Proposta do governo

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 foi enviado pelo governo sem a previsão do caráter impositivo e com as seguintes previsões de despesas:

	Em R\$ bilhões
Despesas primárias obrigatórias	1.639
Despesas primárias discricionárias	110,4

### 2 Mudanças do Congresso

O Congresso reduziu parte das despesas programadas pelo Executivo e criou destinações a emendas, sendo uma delas uma inovação legal. São despesas a serem definidas pelo relator do Orçamento no Congresso. Além disso, o Executivo terá 90 dias para o empenho (destinação) dos recursos. Os montantes foram os seguintes:

	Em R\$ bilhões
Primárias obrigatórias	1.620,5
Primárias discricionárias	90,6
Emendas parlamentares individuais	9,5
Emendas de bancadas	5,9
Emendas de comissões mistas	0,7
Despesas discricionárias de emendas do relator	30,1

### 3 Como o Executivo reagiu

O Executivo vetou o artigo que previa o controle das emendas pelos parlamentares. Os recursos, segundo o trecho vetado, seriam usados depois que os parlamentares indicarem para qual projeto o dinheiro se destinará. Ou seja, o governo ficaria nas mãos do Legislativo.

### 4 O acordo sendo negociado

O governo quer retomar ao menos parte do controle desses recursos. A estratégia é convencer o Congresso a desistir

Neto (PSD-CE), tem o controle de R\$ 30 bilhões.

Uma ideia da equipe econômica é que ao menos R\$ 11 bilhões voltem para as mãos dos ministros. O governo busca ainda a metade.

O acordo em negociação com o Congresso envolve também um instrumento essencial para que o governo faça a gestão do Orçamento.

Até o ano passado, o Executivo tinha a possibilidade de remanejar verbas de um ministério para o outro por meio de portarias (atos próprios, sem precisar de aval do Congresso).

O Orçamento de 2020, aprovado pelo Congresso, não prevê essa possibilidade, que o governo quer retomar.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que o Orçamento impositivo vai demandar ajustes em normativos sobre a execução de despesas da União. Para ele, no entanto, as novas regras não serão “o fim do mundo”.

“O Orçamento impositivo pode levar a um planejamento muito melhor. Vai ter adaptações, mas não é o fim do mundo, não”, disse nesta quinta-feira (27).

Integrantes da equipe econômica também atuam para conseguir encerrar o assunto até semana que vem, mas acham difícil concluir os de-

afirmou o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO).

O senador trabalha para que, apesar dos atritos entre governo e Congresso, o acordo costurado antes do Carnaval seja mantido e que os vetos presidenciais ao Orçamento de 2020 possam ser votados já na próxima semana.

A disputa ameaça ser mais um entrave à intenção do governo de retomar o controle de parte do Orçamento. O embate envolve mais de R\$ 30 bilhões de ministérios que hoje estão nas mãos de congressistas.

Por isso, a equipe econômica tenta um acordo com o Congresso para que metade desses recursos fique livre, com uso à escolha de ministros. Mas o acordo enfrenta resistências entre líderes, especialmente no Senado.

O desgaste aumentou desde que o ministro Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) chamou o Congresso de chantagista.

A situação piorou nesta semana, depois que o presidente Jair Bolsonaro compartilhou com amigos um vídeo de convocação para um protesto marcado para março.

Além de apoiar Bolsonaro, os organizadores do ato carregam bandeiras contra o Congresso e o Judiciário.

Quem apostava no Carnaval para acalmar os ânimos batizou a Quarta-feira de Cinzas de Quarta-feira de Fogo.

Sob críticas do Legislativo e do Judiciário, o presidente foi pressionado a atuar pessoalmente para tentar aplacar uma crise política que ele mesmo criou.

recursos. A estratégia é convencer o Congresso a deixar de impor um prazo (90 dias) para execução das emendas. Em troca, o Congresso teria garantia de que R\$ 15 bilhões ou mais dependeriam de indicação parlamentar

## 5 O que está em jogo

A disputa envolve os valores de emenda de comissão, além das emendas cujas destinações já foram distribuídas pelo relator no Orçamento

### Divisão dos R\$ 30,1 bi planejados pelo relator



Fontes: LDO e LOA

"Agora, acho que já está voltando para a temperatura normal. Muda o ambiente, mas o ambiente vai se transformando de volta à medida que o presidente fala sobre o assunto, como fez ontem [quarta (26)]", disse Gomes.

A sessão do Congresso ainda não foi marcada por Alcolumbre. Ele só deve voltar a Brasília no domingo (1º). Partidos do centro na Câmara e no Senado, porém, querem que a votação ocorra já na próxima semana.

Líderes do governo trabalham para que a votação seja antes dos atos programados para o dia 15, com o intuito de evitar pressão em cima dos congressistas.

Mesmo após a polêmica instilada com a divulgação do vídeo por Bolsonaro, integrantes

da articulação política do governo não deram sinais de que o acordo será desfeito.

A disputa envolve um veto do presidente à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) deste ano. O trecho vetado concede a congressistas o poder de indicar qual será a destinação de quase R\$ 31 bilhões.

Além disso, o artigo vetado determinava que a verba deveria ser empenhada (quando o contrato do serviço é assinado) em 90 dias. Esse prazo, na avaliação de técnicos do governo e legislativos, não é viável.

O acordo prevê que não se estabeleça prazo, mas garante que parte do Orçamento fique para os congressistas.

O relator do Orçamento de 2020, deputado Domingos

talhes que ainda faltam ser desenhados do acordo até lá.

Na Câmara, o receio é que o Senado novamente atrapalhe o andamento do trato e quebrem que Alcolumbre atue para garantir que ele seja aprovado na Casa, como mostrou o PAINEL nesta quinta.

Há duas semanas, a sessão em que ocorreria a votação dos vetos caiu depois que os integrantes do grupo chamado de Muda Senado, que tem 21 senadores, entraram em obstrução.

Eles trabalham para manter os vetos feitos por Bolsonaro porque não querem ver o controle do dinheiro nas mãos do relator do Orçamento.

Integrantes do governo têm a avaliação de que o grupo conta com o respaldo de outros senadores e calculam que hoje cerca de 30 integrantes do Senado estariam dispostos a manter os vetos presidenciais.

No dia 18, depois de o general Heleno ter reclamado de chantagem por parte do Congresso, o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) telefonou para o senador Álvaro Dias (Pode-PR), do Muda Senado.

O ministro agradeceu a posição do senador de querer manter os vetos e chegou a dizer que o governo não levaria mais adiante o acordo.

No dia seguinte, porém, o auxiliar de Bolsonaro recuou e negociou um novo trato com os parlamentares, segundo ele, a mando do próprio presidente. **Daniel Carvalho, Thiago Resende, Fábio Pupo, Julia Chaib e Renato Onofre** **Leia mais sobre a crise entre o governo e o Congresso em Poder**

# Risco é maior com crises misturadas

O Globo · 28 fev. 2020 · 1 · MÍRIAM LEITÃO [oglobo.com.br/economia/miriamleitao](http://oglobo.com.br/economia/miriamleitao) [miriamleitao@oglobo.com.br](mailto:miriamleitao@oglobo.com.br) Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

As crises se misturaram formando um cenário mais difícil. A economia mundial mergulhou num grau enorme de incerteza com o avanço do coronavírus, no Brasil um conflito institucional provocado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro torna nebuloso o cenário de tramitação de reformas, alguns estados começaram a tomar decisões que agravam o rombo fiscal, as projeções de crescimento do PIB estão sendo revistas para baixo. Nesta semana, mais do que em qualquer outra, o mercado mundial reagiu com pânico ao coronavírus. Isso ficou refletido no número de Wall Street, com uma queda de 12% em uma semana.



Uma onda no mercado financeiro pode refluir com a mesma facilidade com que se forma, por isso o mais relevante é o que acontece na economia real. Mas os fatos concretos provocados pela epidemia de doença respiratória já têm reflexo na economia global. Este primeiro trimestre terá um crescimento muito menor do que o que havia sido projetado globalmente. Muito deixou de ser produzido e consumido porque os trabalhadores, e consumidores, ficaram fechados em casa.

A Secretaria do Tesouro vai rever a projeção de crescimento do PIB. Quando isso acontece nos bancos e consultorias é apenas um número alterado. Este mês, o Bank of America já fez dois cortes nas projeções de crescimento do Brasil. Primeiro, de 2,4% para 2,2%. Ontem caiu para 1,9%. O impacto do coronavírus é só um dos fatores que levaram à queda das estimativas. Os indicadores mais fracos do que o esperado no quarto trimestre, com retração da indústria, do comércio e dos serviços fizeram a economia brasileira começar o ano num ritmo um pouco menor do que se esperava. E aí veio a grande onda do coronavírus. Quando é a Secretaria do Tesouro que reduz a previsão de crescimento, isso tem consequência concreta. Em seguida, o governo precisa re estimar as receitas e, portanto, as despesas que estão previstas no Orçamento e em seguida ele faz o contingenciamento.

O dólar teve alta forte no Brasil e, apesar de a inflação estar baixa, alguns itens certamente serão muito impactados, como sempre acontece. O economista Nathan Blanche, da Tendências Consultoria, acredita que três eventos empurraram o câmbio: a saída do capital especulativo do país, o pagamento da dívida externa por parte de empresas brasileiras que aproveitamos juros baixos aqui. Esses dois primeiros fatos são reflexo de uma boa notícia que se perdeu. A terceira causa: os últimos eventos — a desaceleração da economia e a demora nas reformas — reativam o risco fiscal na opinião dele. Esse risco vinha caindo, mas segundo Nathan, voltou a subir:

— A Previdência foi aprovada, mas não houve ainda a virada. A dívida bruta caiu, mas se o país crescer menos do que o esperado pode haver menos arrecadação. Não está havendo grandes privatizações e as reformas fiscais não estão ocorrendo. E ainda há estados, como Minas Gerais, dando aumentos salariais. Tudo isso pressiona o câmbio.

O dólar sobe porque há fatores estruturais — alguns positivos — no Brasil. E foi isso que o ministro Paulo Guedes tentou dizer naquela sua fala atrapalhada. Mas agora sobe porque há incerteza externa com o assustador avanço de uma doença nova que está parando hubs de produção. E sobe também porque no Brasil crises são criadas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro.

Este é o pior momento para o governo entrar nesse parafuso de conflitos criados e de paralisias decisórias. A reforma tributária continua à deriva no Congresso, sem que o Ministério da Economia consiga dizer qual é o seu projeto, a reforma administrativa segue na mesa presidencial há mais de dois meses, e as emendas constitucionais já enviadas permanecem paradas. Ou seja, não há nada de relevante acontecendo que alimente a expectativa de melhora no cenário brasileiro. O conflito institucional mina o resto de confiança.

Tudo isso está acontecendo diante de um pano de fundo cada vez mais complexo na economia internacional. O dólar já subiu 10% no ano, e a bolsa caiu 10%. Mas movimentos no mercado se formam e se desfazem. O problema é que a economia está indo para mais um ano de frustração de nível de crescimento, o mundo está mergulhado na incerteza, e o presidente inventa crises e ameaça as instituições. O risco maior é quando as crises se misturam.

Mercado reage com pânico ao coronavírus, projeções do PIB caem, e governo mina a confiança em conflitos com o Congresso

# Sob pressão, MG e CE gastam mais com polícias

Minas Gerais e Ceará ampliaram as verbas destinadas à Segurança Pública nos últimos anos, que já superam as vinculadas à Educação nos estados, mas categorias mantêm mobilizações em busca de novos reajustes

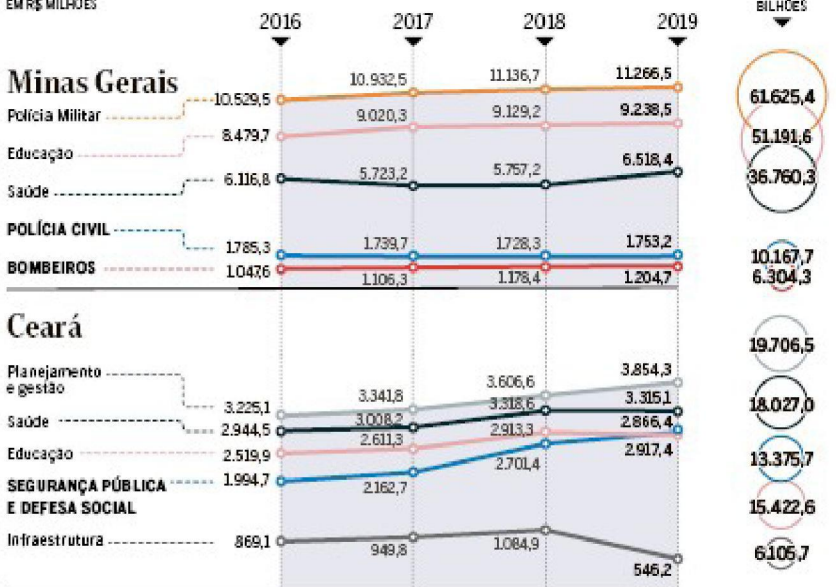
O Globo · 28 fev. 2020 · 9 · BERNARDO MELLO [bernardo.mello@infoglobo.com.br](mailto:bernardo.mello@infoglobo.com.br)

Em meio a pressões das polícias por reajustes salariais, os governos de Ceará e Minas Gerais ampliaram seus gastos em Segurança Pública em ritmo superior aos destinados a pastas como Saúde e Educação nos últimos cinco anos. Levantamento do GLOBO aponta que, no caso do Ceará, os valores pagos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social superaram em 2019 os gastos da Secretaria de Educação. Em Minas, mesmo sem reajuste entre 2015 e 2019, a Polícia Militar foi a única que teve aumento real da verba na comparação com as pastas de Saúde e Educação.

## A DISTRIBUIÇÃO DO DINHEIRO

Em MG e CE, gasto com Segurança supera montante destinado a áreas como Saúde e Educação

EM R\$ MILHÕES



Fonte: Governos estaduais

Editoria de Arte

Com o reajuste de 40% escalonado pelos próximos três anos proposto pelo governador Camilo Santana (PT), mas rejeitado pelos policiais militares, o piso salarial da PM do Ceará ficaria entre os cinco maiores do país. O piso da corporação no Ceará é de R\$ 3,2 mil, mesmo patamar de Minas antes do reajuste de Romeu Zema (Novo), de 41,7%. No caso do Ceará, vereadores e deputados estaduais oriundos das forças policiais têm pressionado o governo para ceder às demandas dos amotinados, usando o caso de Minas como exemplo.

— A segurança entrou na agenda do cidadão, diante do agravamento do problema da violência no país, e isso aumentou a representação das forças policiais no Legislativo. Houve um empoderamento de uma classe — avalia o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung, que enfrentou uma greve de policiais no estado em 2017.

Em 2018, o governo do Ceará gastou R\$ 43,1 bilhões em máquinas e equipamentos para a PM. Para Luiz Fábio Paiva, do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará, há uma distribuição desigual de recursos.

—Houve investimento em programas como o batalhão do Raio (Rondas intensivas e ostensivas) esquecendo de coisas básicas, como a remuneração de soldados e cabos —analisa Paiva.

Em Minas Gerais, desde 2015 o gasto total com a PM supera a verba destinada à Educação. O estado já ultrapassou o limite de gasto com pessoal estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal em 2017 e, segundo o Tesouro Nacional, o reajuste de 100% escalonado por quatro anos, em 2011, foi uma das razões para o desequilíbrio. Zema justificou, em nota, que “as Forças de Segurança conseguiram reduzir todos os indicadores de criminalidade. Minas Gerais é hoje um estado seguro”.



# Tribuna

## Brasil tem quarta gasolina mais cara da América do Sul

O Brasil tem a quarta gasolina mais cara da América do Sul, segundo estudo divulgado nesta quinta-feira, 27, pela Cuponation, plataforma de descontos online da alemã Global Savings Group baseado em informações do Numbeo, banco de dados global de preços que realizou uma pesquisa no começo de 2020 com 100 países. O preço da gasolina brasileira (R\$ 4,45/litro) só não é mais cara que do Uruguai (R\$ 6,27/l), do Peru (R\$ 4,89/l) e do Chile (R\$ 4,47/l). No mundo, o Brasil ocupa o 60º lugar no ranking da Cuponation. Na avaliação global, o preço mais caro da gasolina foi registrado em Hong Kong (R\$ 9,69/l), seguido da Palestina (R\$ 8,32/l) e Israel (R\$ 8,05/l).

Por outro lado, sem nenhuma surpresa, a Arábia Saudita é o país que cobra mais barato pela gasolina (R\$ 1,78/l), o mesmo cobrado no Cazaquistão.

# Tribuna

Coluna

**ESPLANADA**

LEANDRO MAZZINI

## PREVIDÊNCIA

● Entram em vigor, em março, as alíquotas progressivas que estabelecem que quem ganha mais pagará mais e vice-versa. A mudança integra as novas regras da Previdência aprovada no ano passado. As alíquotas progressivas incidirão sobre cada faixa de remuneração, de forma semelhante ao cálculo do Imposto de Renda. Quem recebe um salário mínimo por mês, por exemplo, terá alíquota de 7,5%. Já um trabalhador que ganhe exatamente o teto do Regime Geral, também conhecido como o teto do INSS – atualmente R\$ 6.101,06 – pagará uma alíquota efetiva total de 11,69%.

# Tribuna

## Senado presta esclarecimento sobre juiz de garantias

O Senado defendeu junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que seja derrubada a liminar (decisão provisória) que impede a implementação do chamado juiz de garantias. Ainda segundo o Senado, não cabe ao Poder Judiciário o papel de "instância revisora" das decisões do Legislativo. O Senado prestou informações ontem à Suprema Corte nas quatro ações que questionam o juiz de garantias, cujo relator é o ministro Luiz Fux. Em janeiro, Fux suspendeu a implementação do instituto por tempo indeterminado e convocou audiências públicas para discutir o tema com especialistas e entidades, marcadas para o mês que vem.

## Congresso deve manter votações apesar de clima tenso

ALESSANDRA AZEVEDO  
CORREIO BRAZILIENSE

**A** reação de parlamentares ao vídeo de apoio do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à manifestação que tem como uma das pautas o fechamento do Congresso tem sido, naturalmente, de repúdio, mas a insatisfação não deve chegar ao ponto de impedir o avanço de pautas econômicas, avaliam especialistas. Mesmo com o clima hostil, o foco de deputados e senadores na volta do carnaval deve ser manter o protagonismo nas discussões que os dois lados con-

sideram importantes.

Na lista estão reformas tributária e administrativa, autonomia do Banco Central e marco regulatório do saneamento básico. "Afeta o clima, mas não muda a agenda", disse o analista político Thiago Vidal, da consultoria Prospectiva. Ele acredita que o Congresso deve voltar do feriado com posicionamento retórico, muitos discursos e pronunciamentos contra a ofensiva do presidente, mas sem nenhum tipo de pauta-bomba como relatoria. A resposta deve ser mais discreta, por instrumentos como arquivamento de matérias menos urgentes, perda de prazo de medidas provisórias ou derrubada de vetos presidenciais.

ais.

O analista político da consultoria Dharma, Creomar de Souza, ressaltou que os alvos de um eventual "boicote" devem ser apenas projetos de cunho moral, não econômico. Diante do perfil reformista dos parlamentares da atual legislatura, o esperado é que eles avancem, em algum nível, em assuntos como a reforma tributária, mas deixem de lado flexibilização da posse de armas de fogo, por exemplo. "É possível que ignore temas que batam diretamente em interesses do governo, desde que não atrapalhem o crescimento do país", resumiu.

É mais ou menos a dinâmica do que aconteceu

em 2019, com a reforma da Previdência, lembra Souza. O Congresso aprovou as mudanças nas regras de aposentadoria, consideradas importantes pelos dois poderes, mas desidratou o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro. No cenário de 2020, a reforma que deve ser preservada é a tributária, afirmou o cientista político. "A discussão já está muito centrada no Congresso", explicou. Longe de enterrar a pauta econômica, o ataque de Bolsonaro, na opinião do líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), deve impulsionar o interesse do Congresso em aprová-la por conta própria. "Acho que a resposta do Congresso será,



**DEPUTADOS E SENADORES** devem manter o protagonismo nas discussões das reformas

cada vez mais, chamar para si o protagonismo na discussão. Deve se importar menos com participação do governo. Se ele acha que o Congresso não contribui, faz o dele, e a gente faz o nosso", alfinetou.

O analista político César Alexandre de Carvalho, da consultoria CAC, lembrou que, apesar de não mudar a agenda, a polêmica criada por Bolsonaro pode desviar o foco dos debates, atrasar a votação de matérias e até postergar, mais uma vez, o envio da reforma administrativa. "Essas situações dificultam o processo, porque melindram parlamentares e, com isso, perde-se uma ou duas semanas. Mas, quan-

do o Congresso quer, vota rápido. Enquanto a agenda for a mesma do governo, vai andar, independentemente de relação amigável", explicou.

Souza citou que os parlamentares também podem dificultar a votação do veto presidencial a trechos do Orçamento impositivo, que garante que emendas parlamentares passem a ser destinadas diretamente e de forma obrigatória aos municípios e estados. Na prática, o Orçamento fica engessado, o que levou o governo a tentar construir um acordo com líderes partidários, antes do carnaval, para manter parte do veto. O entendimento ainda não foi consolidado.

## Superávit surpreende em janeiro com resultado atípico

Saldo no mês fica em R\$ 44 bi, com receita extra e queda de despesas

Por Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

28/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

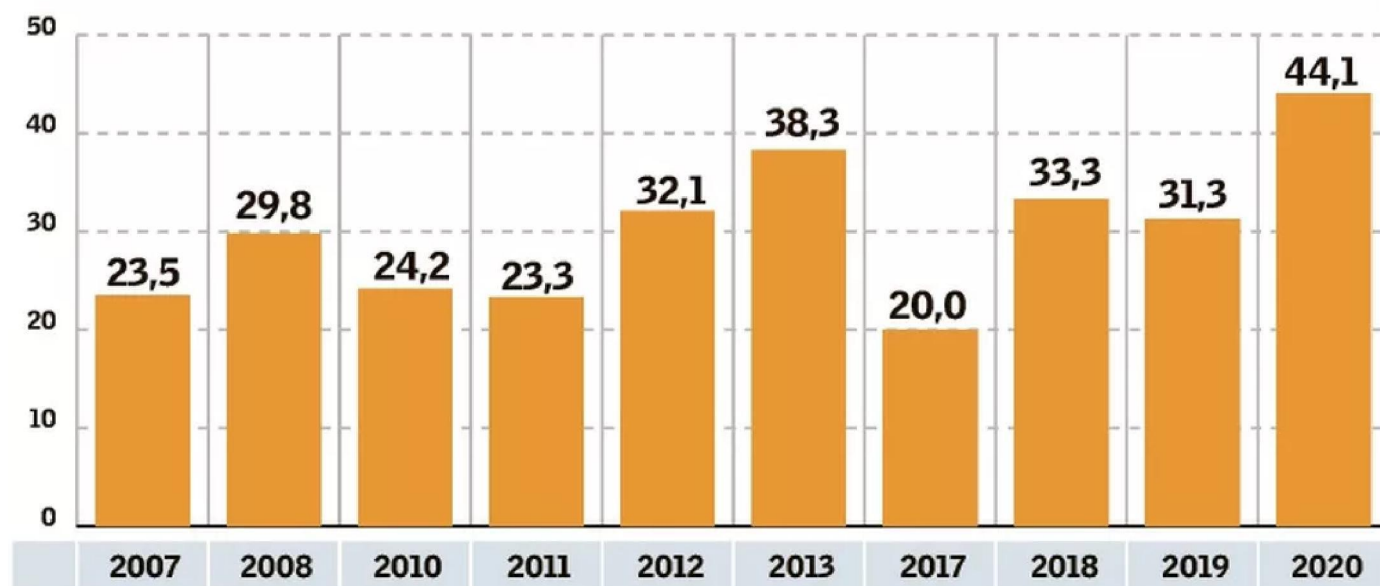
# Cautela

Resultado primário do governo central - R\$ milhões

Discriminação	Jan/19	Jan/20	Variação	
			nominal (%)	real (IPCA)
Receita total	160.774	173.967	8,2	3,9
Transferências por repartição de receita	23.931	22.276	-6,9	-10,7
Receita líquida	136.843	151.691	10,9	6,4
Despesa total	106.813	107.567	0,7	-3,3
Resultado primário do governo central	30.030	44.124	46,9	41
Tesouro Nacional e Banco Central	43.823	59.520	35,8	30,4
Previdência Social (RGPS)	-13.793	-15.396	11,6	7,1
Resultado primário / PIB	5,20%	7,10%	-	-

## ■ Recorde

Dez melhores resultados para os meses de janeiro, em R\$ bilhões, valores reais (IPCA)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

O governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou em janeiro um superávit de R\$ 44,124 bilhões, melhor resultado para o mês desde o início da série, em 1997. Longe de comemorar, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que o resultado “muito acima do esperado” não pode ser extrapolado para o restante do ano. “Com o resultado de um mês, não dá para definir se isso vai ser consistente ou não.”

Ele destacou que, em janeiro, houve crescimento muito forte da arrecadação, influenciado por receitas atípicas. A receita líquida total do governo central chegou a R\$ 151,691 bilhões, 6,4% a mais do que em janeiro de 2019.



Ao mesmo tempo, houve queda de 3,3% nas despesas, impactadas por dificuldades dos ministérios na execução do orçamento, mesmo com os recursos disponíveis. No mês, foram gastos R\$ 107,567 bilhões.

Alguns dos fatores que impulsionaram o superávit em janeiro podem reduzir o resultado de fevereiro, explicou o secretário. Por causa da arrecadação elevada no mês passado, haverá uma maior transferência de recursos para Estados e municípios neste mês. Ainda assim, o resultado do bimestre deverá ser melhor do que o visto em 2019, o que abre a possibilidade de, em 2020, o resultado ficar melhor do que a meta, de déficit de R\$ 124,1 bilhões.

Para os meses à frente, o surto do novo coronavírus é um fator de incerteza, admitiu Mansueto. Efeitos já podem ser observados nas cadeias produtivas organizadas nos mercados asiáticos, no mercado de commodities e nas projeções de crescimento da economia global. São impactos cuja extensão ainda é desconhecida, mas podem afetar o Brasil. “Temos de estar preparados.”

A Secretaria de Política Econômica (SPE), responsável pelas projeções de crescimento da economia brasileira, deverá atualizar seus cálculos nos próximos dias, informou. O dado é necessário para, entre outras coisas, realizar as projeções de receitas e despesas do governo ao longo do ano, determinar quanto dos recursos do Orçamento poderá ser liberado ou se haverá necessidade de contingenciamento (bloqueio). Esses dados serão divulgados até o dia 22 de março.

Mesmo sem os possíveis impactos do coronavírus, a situação das contas públicas continua crítica, colocou o secretário. “A rigidez orçamentária neste ano é a mesma dos anos anteriores, não está mais flexível”, disse.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o governo federal desembolsou R\$ 319,9 bilhões, ou o equivalente a 4,3% do PIB, com o pagamento de benefícios previdenciários. Do total, R\$ 219 bilhões foram destinados a bancar o rombo do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e R\$ 100,9 bilhões, para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis, pensões e inativos militares. E os gastos devem crescer neste ano, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência, no ano passado.

Não só a Previdência, mas as demais despesas obrigatórias continuarão crescendo em 2020, enquanto as discricionárias, aquelas que o governo tem liberdade para cortar, registrarão relativa estabilidade em relação ao ano passado, chegando a R\$ 126 bilhões. De acordo com o secretário, a manutenção do nível das despesas não obrigatórias neste ano já é “um alívio”, considerando que em meados de 2019 o governo enxergava um cenário de queda.

Em janeiro, os investimentos públicos somaram R\$ 1,7 bilhão, acima do R\$ 1,3 bilhão registrado no mesmo período do ano passado, mas ainda em patamares baixos.

Passado apenas um mês do ano, o governo consumiu 7,12% do teto de gastos disponível para 2020, de R\$ 1,455 trilhão. Alguns órgãos, entre eles o Supremo Tribunal Federal (STF), precisarão cortar seus gastos neste ano na comparação com 2019 para se enquadrar à regra.

Já em relação à “regra de ouro”, a insuficiência é de R\$ 341 bilhões. No entanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano trouxe um artigo que permite o uso do superávit financeiro de anos anteriores. Considerando esses valores, a necessidade de crédito adicional cai para R\$ 78,8 bilhões.